

CONSELHOS TEMÁTICOS

INFORMATIVO DOS CONSELHOS TEMÁTICOS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA

Ano XII, Número 02 - Maio de 2021

FIER

Federação das indústrias do Estado de Roraima

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Federação das Indústrias do Estado de Roraima/FIER

Av. Benjamin Constant, 876- Centro. CEP 69301-020- Boa Vista/RR

Telefone: (95) 4009-5353- Fax: 3224-1557

E-mail: gab.fier@sesi.org.br- Site: www.fier.org.br

CTRSRT

Membros do CTRSRT discutem inclusão de imigrantes indígenas no mercado de trabalho roraimense e possibilidades para qualificação profissional

A Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) realizou a segunda reunião ordinária de 2021 do Conselho Temático de Responsabilidade Social e Relações Trabalhistas (CTRSRT), no dia 04 de maio, em formato virtual, por meio da plataforma Google Meet.

A reunião foi conduzida pela presidente do conselho, Sr^a Suellen Campos, que iniciou agradecendo a participação dos conselheiros do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa, Economia e Política Industrial (COMPI) e Conselho Temático de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Energia e Infraestrutura (CTMAR), de cada representante do setor industrial e das instituições que fazem parte do fórum.

O assunto principal do encontro foi uma palestra realizada pelo Gerente de Soluções Duradouras da Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI), o Sr. Imer de Mirna, que iniciou fazendo uma análise, na qual pontuou os marcos da atuação da instituição, que desde o ano de 2016, vem atuando no estado de Roraima em ações de acolhimento e acompanhamento dos imigrantes venezuelanos.

O palestrante falou sobre as diversas parcerias realizadas desde então, dentre elas destacou: SETRABES, Defesa Civil, ACNUR, e a partir de 2018, UNICEF (com implementação do projeto de Educação "O Bem Comum") e Governo Federal (através da Opera-



Apresentação sobre a situação dos imigrantes indígenas em Roraima.

ção Acolhida). Além disso, informou que as ações realizadas pela instituição não são desenvolvidas apenas no estado de Roraima.

No Amazonas, por exemplo, a FFI gerencia o Alojamento de Trânsito em Manaus (ATM) como parte do Programa de Interiorização, desenvolvido pela Operação Acolhida. O palestrante continuou relatando que a expectativa de encontrar soluções duradouras fez com que se iniciasse uma forte articulação com o setor público e privado, na busca de meios de vida para a população imigrante. Como resultado dessa articulação, a entidade foi convidada pela Operação Acolhida e pelo ACNUR para assumir a resposta humanitária à crise venezuelana nos 5 abrigos indígenas de Roraima, sendo: 1 no município de Pacaraima e 4 em Boa Vista.

Depois da breve explanação sobre a instituição, o Sr. Imer apresentou a

Pesquisa Laboral e Educacional realizada com os imigrantes indígenas das etnias Warao e E'ñepa, que vivem nos abrigos Pintolândia e Janokoida. Com relação aos dados laborais verificou-se que dos 821 entrevistados, 750 (aproximadamente 91,35%), quando estavam na Venezuela, trabalhavam em atividades como: Agricultura, pesca, artesanato, caça e trabalho doméstico.

Já para os dados educacionais foram entrevistados 382 indígenas venezuelanos, maiores de 16 anos, dos quais 69 (cerca de 18,07%) não sabem ler e escrever, 227 (aproximadamente 59,4%) possuem apenas o ensino fundamental, 55 (cerca de 14,4%) possuem o ensino médio completo e 31 (cerca de 8,12%) possuem formação técnica ou curso superior. A pesquisa também revelou que os entrevistados possuem grande interesse em cursos como:

Informática, Português, Engenharia e Construção Civil, dentre outros.

Dados sobre a experiência de trabalho que os entrevistados tiveram no Brasil também foram apresentados, esse item teve 187 indígenas respondentes, resultando em: 44% nunca trabalharam, 55% já trabalharam, porém apenas 5% continuam trabalhando; sendo que dessas contratações mais de 99% foram feitas de forma informal. Os entrevistados foram questionados sobre onde preferem trabalhar: cidade ou zona rural e 57% responderam que preferem trabalhar na cidade; outro questionamento foi sobre onde preferem viver e 53% disseram preferir morar na cidade.

Após apresentação dos dados coletados com a pesquisa, o Sr. Imer expôs as iniciativas que a Federação Fraternidade Internacional (FFI) está desenvolvendo com o objetivo de contribuir para a diminuição dos problemas encontrados: Cursos profissionalizantes em parceria com a UFRR, UNIVIRR, SEGCIN, SENAC e SENAI; Incentivo constante à produção do Artesanato Indígena que, além de evidenciar a cultura, também gera renda.

O palestrante finalizou falando da expectativa em encontrar novos parceiros para oferecer mais capacitações aos indígenas e inseri-los no mercado de trabalho roraimense.

Ao final os participantes tiveram a oportunidade de fazer o uso da palavra. A presidente do SINDEARTER, Kátia Campos, falou das oportunida-

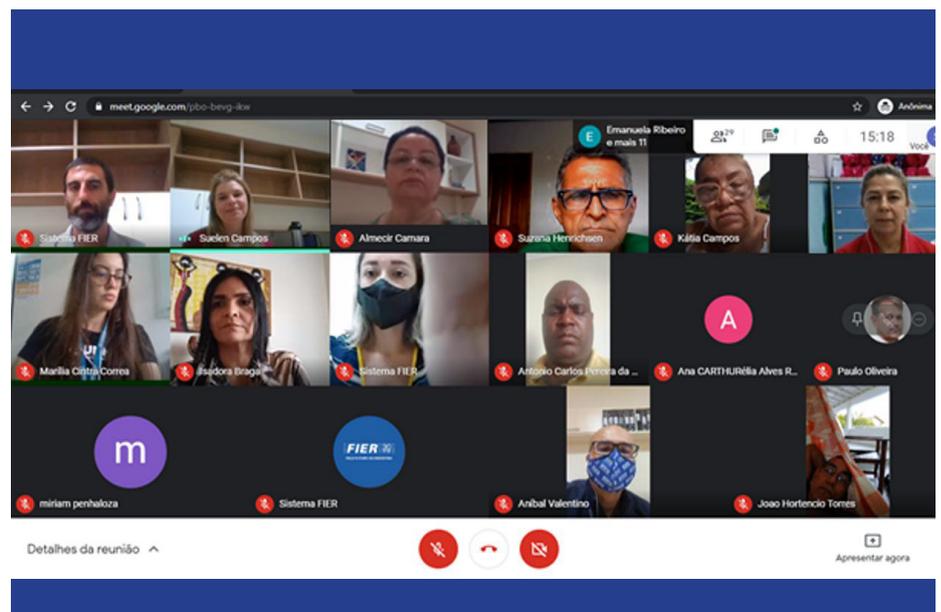
des que o sindicato proporcionou aos indígenas com o intuito de incentivar a geração de renda através do artesanato. Explicou que, por conta da pandemia, as ações tiveram uma baixa, mas reforçou que sempre estarão a disposição para contribuir como puderem.

A superintendente da FIER, Almeirc Câmara, registrou que a instituição recebeu o senhor Imer, a representante da SETRABES, Izadora Braga e o representante da Operação Acolhida, para conhecer o diagnóstico e dar início ao trabalho de divulgação do mesmo, assim como estimular a abertura do mercado de trabalho para a população indígena venezuelana. "Aqui pela FIER podemos conversar com o SENAI/RR a respeito de parcerias que envolvem capacitações, também faremos a divulgação dessas informações junto aos sindicatos para ten-

tar firmar parcerias que viabilizem o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho", afirmou.

A superintendente informou ainda que o SINDIGRÃOS está fazendo um levantamento de demandas de mão de obra para a agroindústria e será apresentado em breve por sua presidente, Izabel Itikawa.

A diretora do Departamento de Políticas de Emprego, Trabalho e Renda (DPETR) da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes), Sra. Isadora Braga, agradeceu a parceria entre o SETRABES e a FFI no desenvolvimento de ações para melhorar o acolhimento desses povos no Estado. "Estamos fazendo um trabalho de conscientização para a inclusão desse grupo no mercado de trabalho e nos colocamos a disposição sempre que precisarem de apoio", finalizou.



Membros do conselho CTRSRT durante reunião.

Conselhos Temáticos da FIER

CONSELHO TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E RELAÇÕES TRABALHISTAS - CTRSRT

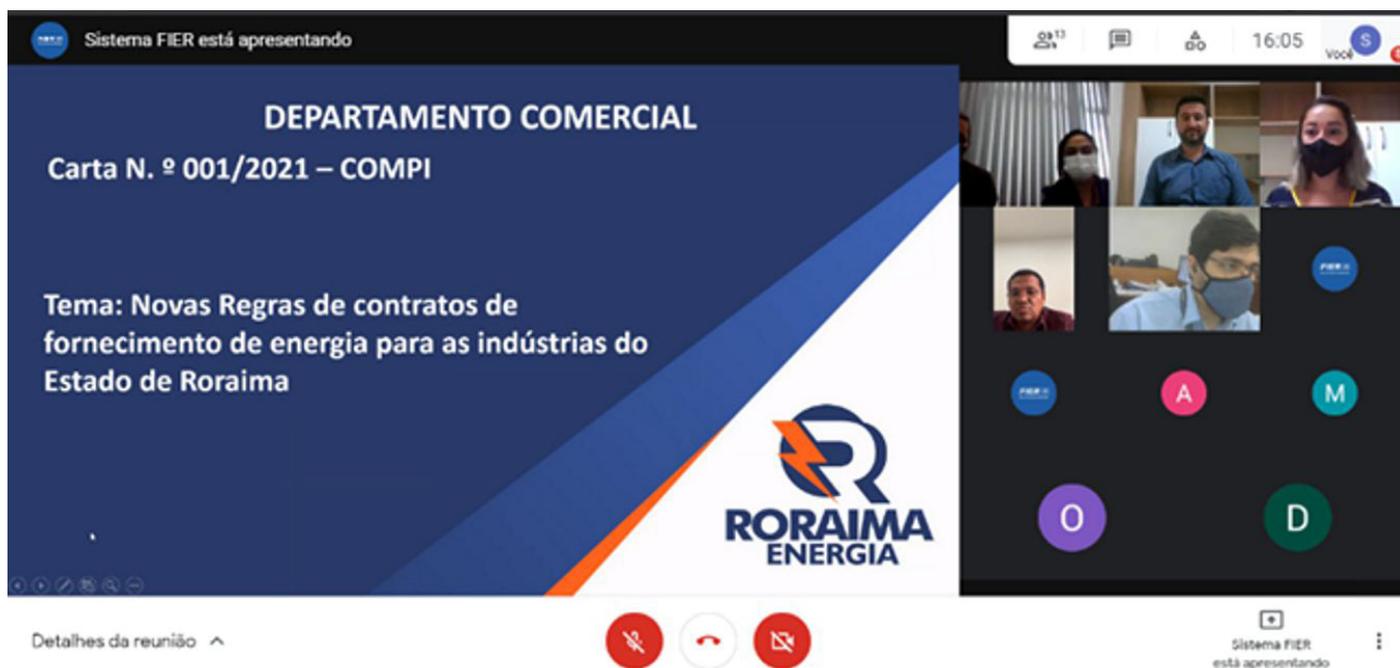
Presidente: Suellen Campos de Lima – SINDEARTER/RR. **Vice-Presidente:** Joaquim Pedro de Souza – SINDIREPA/RR. **Empresários:** Izabel Cristina Ferreira Itikawa – SINDIGRÃOS/RR; Lisete Pereira Carneiro – SINDICONF/RR; Manoel Idalino Ferreira Chaves – SINDIGRAF/RR; Kátia Luiza Vieira Campos – SINDEARTER/RR. **Convidados:** Paulo Magalhães Duarte Filho (Titular) e Edmir Cordeiro de Melo (Suplente) - CAER; Rose Mary Gondim Rodrigues (Suplente) - CERR; Ana Patrícia de Vasconcelos Sousa (Titular) e Daniel Heli Aires Alencar Oliveira (Suplente) - CORREIOS/RR; Emanuela Matias Ribeiro (Titular) e João Roberto do Rosário (Suplente) - Roraima Energia; Ana Valéria Sousa da Silva (Titular) e Ivana Serejo Freitas (Suplente) - Centro Universitário Estácio da Amazônia (Polo Boa Vista); Leoni Beatriz Siqueira (Titular) e Ailton Martins dos Santos (Suplente) - Fecomércio/RR; Magno Pillon Della-Flora (Titular) - SRTE/RR; Isadora Ferreira Braga (Titular) - SETRABES/RR; José Geraldo Ticianeli (Titular) e Silvestre Lopes da Nóbrega (Suplente) - UFRR. **Sistema FIER:** Assessoria Estratégica: Almeirc de Freitas Câmara, Karen Aline Telles Zouein e Solange Minotto. Secretaria Executiva: Gabriel de Freitas Eckhardt. SESI/RR: Miriam Brito Penhaloza (Titular). SENAI/RR: Francinaira de Melo Paixão (titular) e Alcides da Conceição Lima Filho (Suplente). IEL/RR: Paulo Oliveira da Silva (Titular) e Francineth Lima Prill (Suplente).

CONSELHO TEMÁTICO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, ECONOMIA E POLÍTICA INDUSTRIAL - COMPI

Presidente: Vaneri Antonio Verri – SINBRA/RR. **Vice-Presidente:** Iracema do Valle Oliveira – SINDCONF/RR. **Empresários:** Adriano Filino de Oliveira (titular) – SINDICER; Antonio Flávio Borges Brito (titular) – SINDICON; Eudes de Castro Rosas (Titular) – SINDIGRAF; João de Lima Tavares (Titular) - SINDIMAR/RR; Manoel Ribeiro Neto (Titular) - SINDICER/RR; Ostenil Pereira da Silva (Titular) - SINDICONF/RR. **Convidado:** Fabiano Vieira de Cristo e Silva (Titular) - ATUALLIS. **Instituições:** Adailton Alves Fernandes (Titular) e Gleide Batista Carneiro (Suplente) - AGÊNCIA DESENVOLVE RORAIMA; Marcel Lupetti Pereira (Titular) e Jorge Breno de Souza Ferreira (Suplente) - BANCO DO BRASIL; Francisco Derval da Rocha Furtado (Titular) e Jadir Correa da Costa (Suplente) - FACIR; Kátia Maria Veskesky Machado (Titular) e Jefferson J. Batista da Silva (Suplente) - SEBRAE-RR; Pedro Antônio Nascimento Pinheiro (titular) - SEFAZ; João de Souza Gomes Neto (Suplente) - SEPLAN. **Sistema FIER:** Assessoria Estratégica: Almeirc de Freitas Câmara, Karen Aline Telles Zouein e Solange Minotto. Secretaria Executiva: Willian Tihago Quirino Sales. SESI: Débora Arraes Andrade Gruber (Titular) e Ana Célia Rodrigues Alves (Suplente). SENAI: Cicero Robson Bandeira Feitosa (Titular). IEL: Karina de Almeida Nascimento (Titular).

CONSELHO TEMÁTICO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E INFRAESTRUTURA - CTMAR

Presidente: Oneber de Magalhães Queiroz – SINDIMADEIRAS/RR. **Vice-Presidente:** João da Silva - SINDIREPA/RR. **Empresários:** André Felício Gonçalves (titular) - SINDICER; Eduardo Bayma Oestreicher (titular) - SINDIMADEIRAS/RR; Ivan Jadsom Colares (Titular) - SINDIJOIAS/RR; João Hortêncio Torres (titular) - SINDIMAR/RR; Júlio Cesar Ferreira Izel (Titular) - SINDIMADEIRAS/RR; Rosinete Damasceno Baldi (Titular) - SINDICONF/RR. **Convidado:** Ricardo Herculano B. Mattos. **Instituições:** Roni Franco de Brito Rodrigues (Titular) e Maria da Conceição M. Lobo (Suplente) - ELETRONORTE; Otoniel Ribeiro Duarte (Titular) e Edvan Alves Chagas (Suplente) - EMBRAPA; Ailton Martins dos Santos (Titular) e Gilvan Farias Lima (Suplente) - FECOMÉRCIO; Ionilson Sampaio de Souza (Titular) e Glicério Marcos Fernandes Pereira (Suplente) - FEMARH; Walker Sales Silva Jacinto (Titular) e Kairo Icaro Alves dos Santos (Suplente) - OAB/RR; Maria Consolata de O. Nóbrega (Titular) e Vandson Brito Fernandes Taveira (Suplente) - SPMA; Sebastião Oliveira Rebouças (Titular) e Virilândia Lacerda Diniz Alcoforado (Suplente) - UNIVIRR. **Sistema FIER:** Assessoria Estratégica: Almeirc de Freitas Câmara e Karen Telles. Secretaria Executiva: Solange Minotto e Fabiana Duarte. SESI: Gardênia Cavalcante Figueira (Titular) e Aníbal Valentino O. dos Santos (Suplente). SENAI: Marcelo José Ribeiro Chaves (Titular) e Cláudia Daiane Vieira pinho de Lima (Suplente). IEL: Samadar Maria da Silva (Titular) e Hortência Isabel Franco dos Reis (Suplente).

COMPI**Novas regras de fornecimento de energia para a indústria de Roraima são esclarecidas**

Membros do conselho tiveram a oportunidade de sanar suas dúvidas durante apresentação.

Os membros do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa, Economia e Política Industrial (COMPI), reuniram-se no dia 04 de maio, em formato virtual, por meio da plataforma Google Meet, para sua segunda reunião ordinária de 2021.

A reunião foi conduzida pelo presidente do conselho, Vaneri Verri, que começou sua fala dando as boas-vindas e agradecendo a participação dos representantes da Roraima Energia, os palestrantes do dia; dos empresários industriais; dos representantes de instituições públicas, privadas e das casas que compõem o Sistema FIER.

A pauta central foi a palestra: Novas Regras de Contratos de Fornecimento de Energia para as Indústrias do Estado De Roraima, ministrada pelos funcionários da Roraima Energia, Silvio Carneiro Lacerda, analista comercial; Dilean Vieira Moraes Gonzaga, especialista comercial e Thácito Elmer de Lira Carneiro, engenheiro.

A especialista comercial, Dilean Gonzaga, iniciou a apresentação explicando os critérios de faturamento e classificação dos grupos de con-

sumos, as modalidades tarifárias e os tipos de contratos adequados a cada demanda, assim como as normas provenientes da Resolução 714/2016. A palestrante esclareceu a diferença entre Demanda, que é o somatório das cargas instaladas operando no mesmo intervalo de tempo, expressa em quilowatts (kW) e Consumo, que se trata da energia elétrica ativa que é convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh), além de citar exemplos práticos, para o melhor entendimento dos ouvintes.

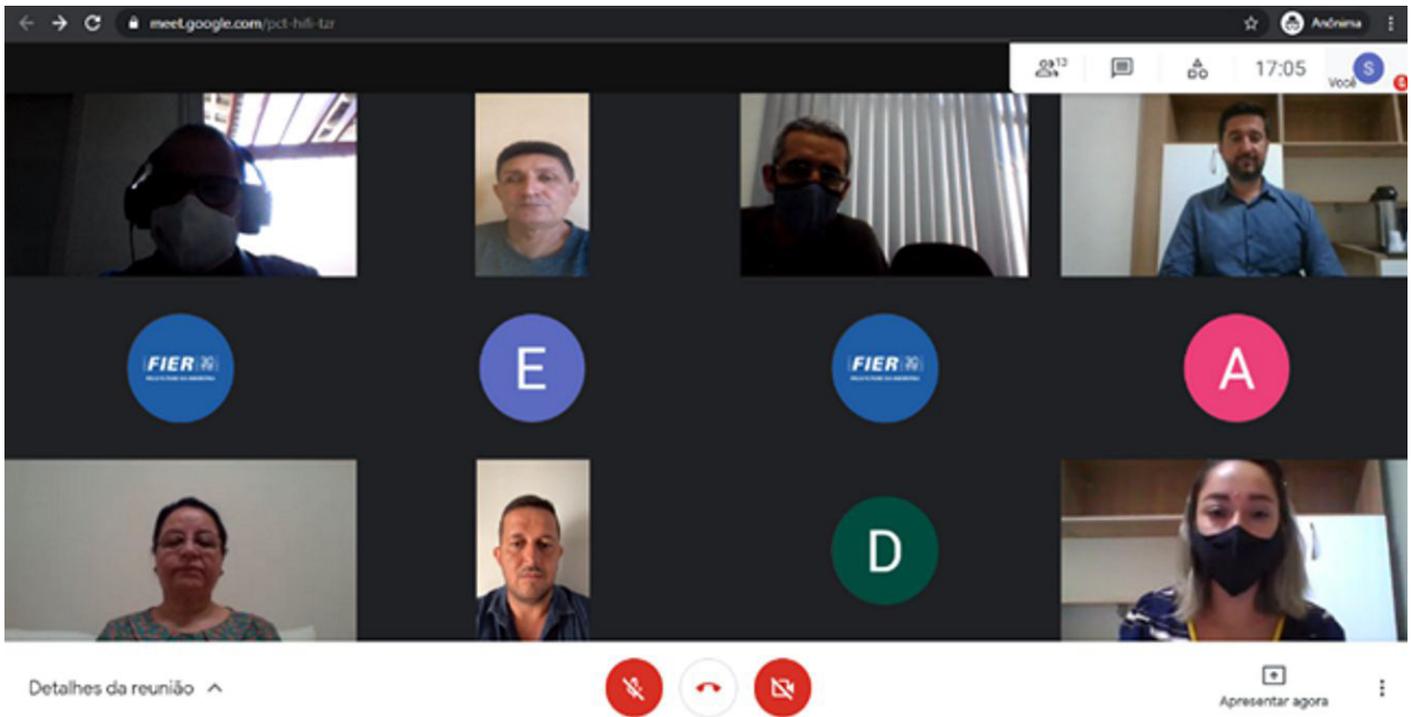
Outro ponto abordado foram as modalidades tarifárias, sendo elas: Modalidade Tarifária Horária Verde, que são tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, e de uma única tarifa de demanda de potência. Nessa modalidade é possível reprogramar a utilização da carga (demanda) no horário fora de ponta - 20h às 22h59, de segunda a sexta.

A segunda é a Modalidade Tarifária Horária Azul, que são tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de

acordo com as horas de utilização do dia. Nesse caso a utilização da carga (demanda) no horário ponta é imprescindível, não tendo como reduzir carga nesse horário.

Durante a apresentação foram mostradas tabelas e gráficos, para ilustrar os valores tarifários de acordo com cada modalidade de consumo, dicas de como reduzir o valor da fatura (demanda contratada próxima da real necessidade, enquadramento na modalidade tarifária correta e controle de energia reativa) e exemplos de contratações ideais dentro dos parâmetros citados anteriormente.

Logo após o engenheiro, Thácito Carneiro, deu continuidade explicando a diferença entre Energia Ativa: A que executa trabalho, ou seja, utilizando como exemplo os motores, é a energia responsável pelo movimento de rotação e, Energia Reativa: Componente da energia elétrica que não realiza trabalho, mas é consumida pelos equipamentos com a finalidade de formar os campos eletromagnéticos necessários para o funcionamento. O palestrante ressaltou que é



Conselheiros foram alertados sobre a importância da gestão tarifária.

importante conhecer e fazer a gestão tarifária, principalmente os consumidores industriários.

Ao que se refere a possibilidade de ajustes no contrato, a orientação foi de que, para aumentar a demanda é necessário apenas fazer a solicitação e a distribuidora de energia irá atender em até 30 dias. Já para a redução,

é preciso que a solicitação seja feita com a antecedência de 90 dias.

Com relação à possibilidade de uma tarifa diferenciada para o setor industrial, não é possível elaborar ou cobrar por uma tabela customizada a nível local, pois os valores tarifários são estipulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ca-

bendo a distribuidora local apenas o repasse dos valores predefinidos.

Ao final o assessor jurídico e contábil da FIER, Maclison Chagas, apresentou os assuntos discutidos na reunião do COMPEM-CNI, ocorrida no dia 07 de abril de 2021, distribuídos em três painéis:

Painel 1 – Reforma Tributária:

Tratou da PEC 45, PEC 110 e PL 3.887, as 3 propostas visam a unificação de tributos, criando um único - Contribuição sobre Bens e Serviços - que seria feita de forma gradual. Na opinião do assessor, essas propostas enfrentariam resistências dos demais entes federativos pelo fato de terem que abrir mão da gestão direta dos tributos unificados. Segundo o assessor, a proposta que tem mais chances de aprovação é a PL 3.887, que propõe a unificação de dois impostos federais sobre o consumo: PIS e COFINS, criação do Imposto sobre Bens e Serviços, com alíquota de 12%, única para todos os setores, contudo

causaria aumento da carga tributária se o projeto inicial for aprovado.

Painel 2 – Apresentação institucional da Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE), que têm os seguintes objetivos: Representar, integrar e inspirar os jovens empresários e suas organizações, com o intuito de fortalecer o ambiente empreendedor brasileiro, desenvolver novas lideranças e contribuir para o crescimento do País.

Painel 3 – Transação Tributária: O assessor jurídico expôs os pré-requisitos e prazos para adesão, as condições, vantagens e desvantagens, além de orientar os conselheiros e empresários a consultarem profissionais da área contábil antes de tomar

qualquer decisão quanto a essa pauta.

Além das explicações, foi divulgada a Cartilha LGPD – O que a sua empresa precisa saber, produzida e disponibilizada pela CNI no seu portal.

O segundo painel Marco Legal do Reempreendedorismo tratou os seguintes pontos: Alterações no Estatuto da MPE para tornar a negociação de dívidas mais ágil e menos onerosa; Texto foi aprovado no Senado e seguiu para a Câmara dos Deputados. Se aprovado, o texto vai possibilitar o parcelamento com base em critérios de faturamento das MPE's.

A CNI vai propor duas alterações no texto base. Uma relacionada a prescrição de débitos, outra para estabelecer critérios menos rígidos para reconhecimento e decretação de falência de MPE.

CTMAR**Licenciamento Ambiental da Mineração foi pauta em reunião do CTMAR**

Palestrante afirma as leis servem para regular e orientar, não para travar.

Os membros do Conselho Temático de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Energia e Infraestrutura (CTMAR), reuniram-se no dia 11 de maio, em formato virtual, por meio da plataforma Google Meet, para sua segunda reunião ordinária de 2021.

A reunião foi conduzida pelo presidente do conselho, Oneber Magalhães, que começou sua fala dando as boas-vindas e agradecendo a participação dos representantes do setor industrial e das instituições que fazem parte do fórum.

Em sua segunda reunião, os conselheiros do CTMAR, tiveram a oportunidade de conhecer os licenciamentos do setor de mineração e as perspectivas de legalização de novos empreendimentos, com objetivo de conhecer o planejamento e as expectativas de novas ações no setor de mineração. A palestra foi conduzida pelo analista ambiental/fiscal da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh), o geólogo Zacarias Cruz de Oliveira.

O palestrante iniciou expondo os embasamentos jurídicos referentes aos recursos minerais encontrados no solo e subsolo do território brasileiro, são eles:

Art. 20. São bens da União: IX- Os recursos minerais, inclusive os do subsolo e;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XII- jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.

Logo após pontuou os tipos de regimes de aproveitamento de substâncias minerais do licenciamento ambiental no Estado, suas fases e as documentações necessárias para cada uma, que podem ser consultadas junto à Femahr.

1º: Regime de Autorização de Pesquisa – Alvará de Pesquisa (áreas até 10.000 ha)

- Fase de pesquisa, que pode ser solicitada pela Licença Ambiental Simplificada (LAS);
- Licença Prévia;

- Licença de Instalação;
- Licença de Operação.

2º: Regime de Licenciamento (áreas até 50ha)

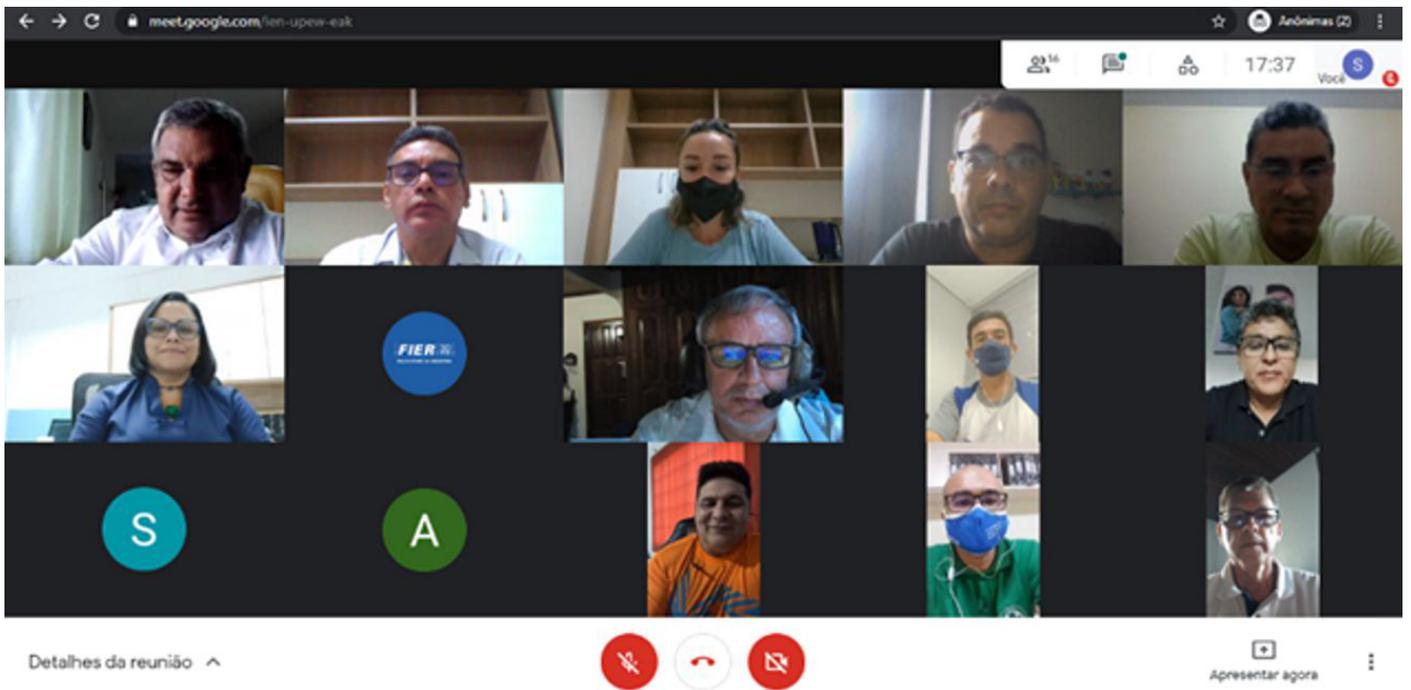
- Licença Prévia;
- Licença de Instalação;
- Licença de Operação.

3º: Regime de Permissão de Lavra Garimpeira – PLG (áreas até 10.000ha):

- De acordo com a Lei Federal nº 7.805/89, é o aproveitamento imediato de jazimento mineral que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possa ser lavrado, independentemente de prévios trabalhos de pesquisa, conforme os critérios fixados pela Agência Nacional de Mineração – ANM.

4º: Regime de Extração

- Este item não foi explorado durante a apresentação, o palestrante apenas citou para informar da existência do mesmo, porém é muito



Membros do CTMAR durante encontro.

extenso e requer mais tempo para discussão.

O palestrante explicou sobre a Licença Ambiental Simplificada (LAS), que é voltada para atividades de impacto ambiental irrelevante, constantes no Anexo I da Resolução Cemact/RR nº 1/2012 (RORAIMA, 2012c), sem prejuízo da obtenção de outras licenças legalmente exigíveis e do cumprimento das obrigações decorrentes de Planos Diretores e Código de Posturas municipais.

De acordo com Zacarias, os procedimentos de licenciamentos não devem ser demorados, é necessário

apenas verificar qual a melhor forma para tratar cada caso. “Nós temos que abandonar a cultura do “Não pode” e adotar a cultura do “Como fazer”, existem situações que podem parecer sem solução, contudo é preciso avaliar a particularidade de cada processo para então definir a melhor forma de tratar”, pontuou.

Ao final O Conselheiro Ricardo Matos solicitou ao presidente do CTMAR, que verificasse o andamento da revisão da Lei 513/2020 (embasada no antigo Código Florestal) e solicitasse à Prefeitura Municipal de Boa Vista um posicionamento sobre

essa demanda apresentada pelo setor; também pediu que seja verificado o andamento da ideia posta em reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente sobre a construção de uma plataforma que viabilize o monitoramento efetivo das solicitações de licenças ambientais.

O presidente do CTMAR, Oneber Magalhães, esclareceu que foi entregue ao governo estadual, a FEMARH e a Coordenação do Programa Roraima 2030 um Projeto intitulado “Simple Ambiental”, com demandas que irão beneficiar todos os setores da economia.

FIER 30 ANOS
1991 - 2021

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

FORTALECIMENTO
INOVAÇÃO
EMPREENDEDORISMO
RESPONSABILIDADE

TRÊS DÉCADAS A SERVIÇO DA INDÚSTRIA E DE RORAIMA